



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

05 de setembro 2013



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias Já	Editoria: Geral	Data: 05/09/2013
Assunto: Programa de combate à evasão escolar informatizado será lançado nesta sexta		Página: Online



Programa de combate à evasão escolar informatizado será lançado nesta sexta

Crise: Quinta, 05 Setembro 2013 10:39 | Autor: Katiúcia Silveira | Acessos: 5

Avaliação do Usuário Melhor **Avaliação**

Da Assessoria de Imprensa

Florianópolis, SC - Para garantir o direito-dever de toda criança e adolescente de concluir a Educação Básica, o Ministério Público de Santa Catarina, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SED), promove, nesta sexta-feira (6), no auditório da Procuradoria-Geral da Justiça, a partir das 9h, o lançamento do novo Programa Aviso por Infrequência de Aluno On-line (APOIA), um módulo incorporado ao Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SIGGESC) da SED.

Trata-se de um programa de combate à evasão escolar, que tem como objetivo promover o regresso de crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos à escola, para que conclua a Educação Básica. Este programa irá atuar preventivamente no sentido de garantir a permanência dos alunos na escola e melhorar a qualidade de ensino, mediante o aperfeiçoamento das políticas públicas intersetoriais voltadas à educação.

Por meio do antigo programa, as escolas de Educação Básica da rede estadual, que ao constatar a infrequência do aluno com idade entre 4 a 17 anos, no período de cinco dias letivos consecutivos ou sete dias letivos alternados no período de um mês, faziam a notificação por um formulário físico.

Agora, com o novo programa, serão inseridos os dados do aluno no Sistema Apoia On-line, no qual serão tomadas todas as medidas cabíveis com o objetivo de fazê-lo retornar à escola. Caso não tenha êxito nas medidas, será encaminhado, via sistema on-line, ao Conselho Tutelar e, da mesma forma, não obtendo sucesso, será encaminhado para o Ministério Público.

"O programa trará benefícios significativos, proporcionando agilidade no fluxo de encaminhamentos, com o objetivo de levantar dados referentes à evasão escolar, subsidiando a SED e o Ministério Público na elaboração e implementação de garantias de acesso e permanência de crianças e adolescentes", destaca a coordenadora de Programas e Projetos de Prevenção da SED, Rosimari Koch Martins.

Ainda segundo Rosimari, o programa também permitirá visibilidade no acompanhamento dos procedimentos adotados pelos envolvidos a fim de sustentar ações assertivas de natureza interinstitucional – Educação, Conselho Tutelar e Ministério Público.

São parceiros: o Ministério Público, a União dos Dirigentes Municipais da Educação de Santa Catarina/UNDIME, a Federação Catarinense de Municípios, a Associação Catarinense de Conselheiros Municipais/ACCT, o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino/SINEPE.





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

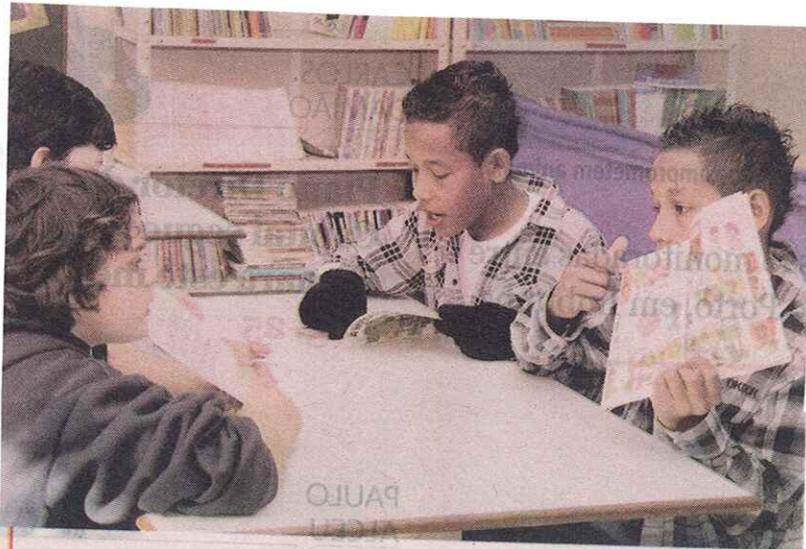
Editoria: Paulo Alceu

Data: 05/09/2013

Assunto: Sementinha

Página: 27

Notícias do Dia



Sementinha: O Tribunal de Contas reeditou um programa no mínimo fundamental na formação da cidadania. É o TCE nas Escolas debatendo sobre o uso do dinheiro público. Começou pelo Instituto Estadual de Educação, e percebeu um campo fértil e receptivo. São cem mil estudantes dos 6º e 7º anos da rede pública estadual que estarão debatendo o uso correto do dinheiro que também é deles



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Artigos

Data: 05/09/2013

Assunto: Aposentadoria de professores é uma ilusão

Página: 18

DIÁRIO CATARINENSE

Aposentadoria de professores é uma ilusão

A caminho do INSS, o motorista do táxi me perguntou se ia para a perícia. Ao responder-lhe que solicitaria minha aposentadoria, ele retrucou: "Nossa, dona, é a primeira professora que conheço que não tem bursite".

Como se sabe, há dois motivos para se aposentar, completar os anos estipulados em lei para exercício de atividade ou por invalidez. O meu motivo é o primeiro felizmente. Sem bursite, sem calo nas cordas vocais, sem tendinite, também sem aparentes problemas psiquiátricos. Ou seja, sem motivos para uma aposentadoria por invalidez, o que me renderia um pouco mais de remuneração.

E se até hoje tinha algum estímulo para permanecer na profissão, quando se aproxima a aposentadoria o cálculo da decepção é proporcional ao tal do



ROSANE CORDEIRO
Professora do Sistema de Ensino Energia.
Moradora de Florianópolis

fator previdenciário. Tarde demais. Impossível voltar atrás. Apesar de pagar o teto máximo para o INSS durante todo o tempo necessário, descubro que terei salário reduzido em 45%. Pior ainda foi ler o que uma ministra, ex-professora, afirmou a esse respeito: "Não há, da parte do governo, nenhuma intenção no fim puro e simples do fator previdenciário porque isso causaria um impacto que não teria sustentabilidade".

Logo, a aposentadoria para professores é especial para quem? É só mais uma farsa. Paguei pelo que não vou receber. Afinal, para ter direito aos 100% teria que trabalhar até os 70 anos aproximadamente. Resumindo, pouco importa a profissão, quase todos acabamos na vala comum: a do desrespeito.

Enfim, restam os belos versos de Candeia para acalantar um pouco meu sofrimento: "Deixe-me ir, preciso andar, vou por aí a procurar, rir pra não chorar".

Ou ainda, para os mais bem-humorados a apelativa frase de Miguel Falabella: "Por favor, salvem a professorinha". Doce ilusão!

Paguei pelo que não vou receber. Afinal, para ter direito aos 100% teria que trabalhar até os 70 anos aproximadamente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Opinião	Data: 05/09/2013
Assunto: A utilidade do IDH		Página: Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

A utilidade do IDH

O IDH não captura as desigualdades de um país, como a qualidade do ensino entre suas regiões

Muito se comemorou em agosto acerca dos resultados do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 2013, publicação decenal divulgada pela ONU no fim de julho e que é uma variação do IDH.

Em duas décadas, na média, o Brasil saltou de um desenvolvimento classificado no limite da faixa de "muito baixo" (0,493 em 1991) para o nível "alto" (0,727 em 2010).

Não tinha abordado o tema graças a um certo preconceito contra o IDH. Como indicador de desenvolvimento, acho a renda per capita mais informativa e, como mensuração de dimensões extraeconômicas do desenvolvimento, o IDH parece pouco capaz de capturar a complexidade da realidade.

Mudei em certa medida de opinião ao ouvir nas últimas semanas discos com gravações do "Ensaio", da TV Cultura. Gravados na década de 1970 com artistas já veteranos, como Tonico e Tinoco, Geraldo Filme e Henricão, são registros de histórias do Brasil a partir dos anos 1920.

Tinoco conta que na fazenda em que viviam, em São Manuel (SP), a criança estudava até "aprender o que o professor sabia". Henricão fez o samba "Testamento do Sambista" para um amigo que, doente, pediu-lhe que ajudasse a mulher a garantir que os filhos estudassem. Estudar significava serem alfabetizados.

Taxa de alfabetização e anos de estudo para educação e expectativa de vida para saúde são indicadores que eram capazes de refletir e orientar o esforço de desenvolvimento de um país ainda agrário e arcaico.

Nesse sentido, a evolução do IDH foi consequência de esforços como a universalização do ensino básico e de iniciativas como a vacinação maciça das crianças, que reduziram a mortalidade infantil. Para tanto, foi fundamental a Constituição de 1988, um pacto federativo visando à universalização dos serviços públicos.

Porém, o IDH será cada vez menos um bom orientador das políticas públicas brasileiras. Ele não é capaz de capturar as várias desigualdades de um país: da qualidade do ensino entre suas regiões, de renda entre raças ou entre os serviços público e privado de saúde. Há variações do IDH que tentam contornar esses problemas, mas são pouco representativas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Esse não é necessariamente um defeito do IDH, mas uma consequência do objetivo para o qual foi construído, que é ser capaz de fazer todo o mundo se enxergar nele. É tão brutal a diferença de desenvolvimento entre um país escandinavo e os países mais pobres da África que foi preciso escolher medidas simples, confiáveis e inteligíveis para criar uma escala que quantitativamente hierarquize o desenvolvimento no mundo.

Uma consequência é que o IDH é sensível aos valores extremos. Por exemplo, no IDHM, a expectativa de vida de um município é parametrizada a partir de sua relação com os valores extremos, fixados em 85 anos e 25 anos. Como no teto o crescimento é lento, se um lugar mantém a expectativa de vida tão baixa, é mais fácil para países ou municípios mostrar melhoras no indicador.

Apesar dessas limitações, minha colega economista Betina Ferraz, com quem debati esta coluna, destaca que o cálculo do IDH exige um profundo esforço de organização para atender à ONU com estatísticas públicas confiáveis.

Num país de IDH na casa dos 0,4, esse esforço é valioso em termos de qualificação da burocracia e divulgação do valor dos serviços públicos de educação e saúde.

Por fim, é preciso destacar que a ONU, em seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2013, vai além das análises sobre fatores que afetam o IDH.

O RDH 2013 aponta a chamada "ascensão do Sul", refletindo o progresso sustentado nos países onde reside a maior parte da população mundial, com destaque para China, Índia e Brasil. Para tanto, tem sido crucial a cooperação Sul-Sul, em especial em razão dos efeitos do crescimento da China e da Índia.

O relatório reconhece o papel do Estado na promoção da industrialização --fazendo florescer setores que de outra forma não existiriam-- e para usar as políticas sociais como motor do crescimento sustentado. O RDH 2013 destaca que os progressos do IDH precisam ser acompanhados de reduções mais significativas da desigualdade de renda.

Ao tornar-se mais plural, superando o cunho estritamente liberal que caracterizou a criação do IDH, a ONU mitiga os efeitos de suas limitações e melhora sua contribuição para o entendimento do desenvolvimento.

MARCELO MITERHOF, 39, é economista do BNDES. O artigo não reflete necessariamente a opinião do banco. Escreve às quintas-feiras nesta coluna.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Agência Brasil	Editoria: Educação	Data: 05/09/2013
Assunto: Mercadante negocia votação do Plano Nacional de Educação no Senado		Página: Online



Mercadante negocia votação do Plano Nacional de Educação no Senado

Segundo o ministro, o ponto mais sensível do texto é o que estabelece que as crianças e os jovens com deficiência deverão ser universalmente atendidos em escolas públicas de ensino regular

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, esteve no Senado na quarta-feira negociando para que o Plano Nacional de Educação (PNE) seja votado o mais rápido possível. A matéria passou pela Câmara dos Deputados e atualmente depende de aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Educação (CE) do Senado.

Segundo o ministro, o ponto mais sensível do texto é o que estabelece que as crianças e os jovens com deficiência deverão ser universalmente atendidos em escolas públicas de ensino regular. Mercadante tem feito reuniões com representantes das associações e escolas especiais e com os parlamentares na tentativa de chegar a um acordo que possibilite a votação rápida do PNE. A expectativa é que o projeto seja votado na CCJ na próxima semana e logo em seguida seja apreciado na CE. "Esse [estudantes especiais] é o tema mais sensível. Nós estamos tentando chegar em um entendimento amplo para facilitar a votação e depois o retorno para a Câmara, porque lá já demorou muito tempo", disse o ministro.

Mercadante ressaltou que a ideia do governo é que as associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) atuem de forma complementar ao estudo regular e continuem recebendo financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Ele defendeu que as crianças estudem em escolas públicas comuns como forma de estimular o respeito e a convivência com pessoas diferentes.

"Por exemplo, uma criança surda precisa estar em um momento do desenvolvimento dela na escola especial para aprender Libras [Língua Brasileira de Sinais], aprender a conversar na linguagem dos surdos. Mas ela precisa ir para a escola pública para aprender a conviver com os outros e para os outros aprenderem a conviver com a diferença. Isso é importante para a democracia e para o desenvolvimento da cultura da diversidade, do respeito ao outro, que a escola tem que estar sempre preservando", exemplificou.

O ministro também voltou a falar sobre o programa Mais Professores, lançado recentemente pelo governo federal. A proposta, segundo ele, é parecida com a do Mais Médicos, de levar profissionais para áreas isoladas e pobres do país, onde é difícil fixá-los. No entanto, Mercadante ressaltou que o governo não tem a pretensão de trazer professores estrangeiros para o Brasil e vai apenas oferecer



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

estímulos para que professores brasileiros queiram colaborar com escolas que tenham baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

"Estamos discutindo com os secretários de Educação do Brasil, vamos fazer um edital público e vamos convidar professores qualificados. Vamos dar uma bolsa adicional, além do salário que ele receberia, para ele ajudar a formar os professores daquela escola, a melhorar o padrão pedagógico e impulsionar a qualidade de ensino. Por isso vamos chamar professores, mas são professores brasileiros sempre, inclusive aposentados que não estão mais na sala de aula, e talvez, com um estímulo como esse, se disponham a voltar e ajudar as escolas que precisam de apoio", explicou o ministro.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 05/09/2013
Assunto: Camboriú quer instalar câmera		Página: 41

DIÁRIO CATARINENSE

Camboriú quer instalar câmera

Camboriú

Arrombamentos e até uma tentativa de agressão em escolas da rede municipal de Camboriú fizeram a Secretaria Municipal de Educação solicitar à prefeitura a instalação de câmeras nas unidades. A intenção é de que até outubro deste ano seja iniciada a implementação dos equipamentos nas 30 escolas municipais.

A secretária de Educação de Camboriú, Celi Estevanin, explica que a medida se faz necessária para garantir a segurança do patrimônio, assim como dos servidores. Na manhã da última terça-feira um estudante de 12 anos ameaçou a professora de Língua Portuguesa com uma faca, de cerca de 30 centímetros de lâmina. A ameaça ocorreu depois que a professora mandou o garoto se apresentar na

secretaria porque ele não tinha feito o dever de casa. Nisso, ele tirou a arma da mochila e encurralou a educadora contra a parede onde fica o quadro. A professora conseguiu dissuadir o menino, que largou a faca e se sentou. Em seguida a polícia foi acionada.

Outras duas ocorrências, desta vez de arrombamento, motivaram o pedido para a implantação das câmeras. No último sábado o Centro de Educação Infantil (CEI) da cidade foi invadido durante a noite. Criminosos furtaram aparelhos de DVD, câmera fotográfica e notebook e depredaram o local e os trabalhos dos alunos que estavam expostos nas paredes.

Com esse cenário, a Secretaria de Educação entendeu que câmeras seriam mais efetivas para coibir a ação de vândalos e ladrões. Assim, haveria a necessidade de um ou dois vigilantes por turno na central de monitoramento.

Caso teve encaminhamento

O adolescente que ameaçou a professora com uma faca era aluno do 7º ano. De acordo com a secretária de Educação, Celi Estevanin, ele já havia sido agressivo com professores e colegas em outras ocasiões. O caso está sendo acompanhado pelo Conselho Tutelar, que encaminhou o menino para atendimento no Centro de Assistência Psicossocial (Caps).

Celi Estevanin conta que mesmo com os episódios anteriores, o adolescente era considerado um aluno regular, que não tinha dificuldade de aprendizagem.

Quando ele puxou a faca para a professora, os colegas de classe ficaram assustados e se recolheram em um canto da sala. A professora, que há dois anos trabalha na rede municipal, começou a argumentar com o estudante e conseguiu que ele largasse a faca no chão.

– Esse menino mora com a mãe, que nunca se negou a vir na escola. Então, a professora começou a falar com ele, sobre a mãe dele, e ele acabou soltando a faca – explica.

Quando isso ocorreu, a professora do jovem pediu ajuda e a Polícia Mi-

litar foi acionada. O menino foi encaminhado à delegacia e vai responder por ameaça, conforme informou o Conselho Tutelar.



Esta reportagem foi produzida pelo O Sol Diário, caderno que circula encartado no DC nas cidades de Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, Navegantes, Bombinhas, Itapema, Penha, Piçarras e Porto Belo.